

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/13950	19369/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCT - DC [APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Centro Cultural e Social de Santo Adrião

O **Centro Cultural e Social de Santo Adrião**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 90/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: "Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»

- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;



- Tal como predisposto no Despacho n.º 8132/2024 publicado no Diário da República a 22 de julho de 2024, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024, sob proposta da Câmara Municipal de 29 de abril de 2024, que procede à alteração e republicação n.º 4626/2022, de 20.04, e alterado pelo Despachos n.º 12033/2022, de 13.10, e n.º 8834/2023, de 30.08;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 8132/2024, de 22/07 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;

- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º

b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;

c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;

d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.

- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.

- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;

- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;



- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 90/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados;

b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada 2025-E-RC-9681, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização do “Plano de atividades do Coro Allegretus” acompanhado do plano de atividades da iniciativa (2025-E-RC-10367) e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;

c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa, nos termos do disposto no n.º 1;

d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, nas dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e /ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que o suprarreferido é uma entidade fundada em 1983, que detém diversas valências, nomeadamente no âmbito social, cultural, artístico, recreativo e desportivo. De salientar que tem como missão principal o apoio social à comunidade e associados, nos vários níveis etários, designadamente infância, juventude e terceira idade, e procura a promoção e valorização nas áreas culturais, recreativo e desportivo. O “Coro Allegretus” é uma valência de âmbito musical do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, e é instituído com o fim de contribuir para a promoção e difusão do canto polifónico, principalmente na região onde se insere. Pretende, complementariamente, sensibilizar a comunidade para a preservação deste património imaterial e encetar estratégias conjuntas para a sua salvaguarda e revitalização, possibilitando assim a sua contínua transmissão



cultural a gerações vindouras. Ressalve-se ainda que este coro polifónico desempenha um papel assinalável no enriquecimento artístico dos seus elementos, fomentando a promoção de aprendizagem musical, desenvolvimento vocal, na integração e inclusão social e cultural. Portador de um repertório musical diversificado e multifacetado, tem como ação nevrálgica o desenho e programação de iniciativas musicais de caráter regular, cujo principal objetivo é o envolvimento e participação comunitária. Refira-se o seu especial contributo para o enriquecimento do panorama cultural concelhio, com a introdução de novas dinâmicas culturais e sociais que promovem a constituição de projetos participados, mobilizadores e intergeracionais que contribuem para uma cidadania ativa. Saliente-se que este projeto possibilita a existência de práticas artísticas que garantem o acesso à arte e cultura, o fomento do desenvolvimento de competências e o reforço da diversidade cultural existente.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se para a apreciação do Executivo Municipal, a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **2.750,00** euros com o Centro Cultural e Social de Santo Adrião, pessoa coletiva n.º 501 483 667, com sede na Rua Centro Cultural e Social de Santo Adrião, S/N, 4715-016 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

Centro Cultural e Social de Santo Adrião, pessoa coletiva n.º 501 483 667 com sede na Rua Centro Cultural e Social de Santo Adrião, S/N, 4715-016 Braga, neste ato representado por João Gonçalves Rodrigues de Sousa, na qualidade de presidente da direção, adiante designado como Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a
Objeto do Contrato

1. Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro para a realização do **"Plano de atividades do Coro Allegretus"** do Segundo Outorgante, a realizar no Município de Braga, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 2.^{a1}
Apoio Financeiro

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual que engloba um investimento total de **11.300,00** euros.

2. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um apoio financeiro, no montante total de **2.750,00** (dois mil setecentos e cinquenta) euros, apoio esse que será pago em três prestações:

- a) Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;**
- b) Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;**
- c) Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.**

¹ Aplicável só no caso de apoio financeiro

3. O apoio financeiro referido no número anterior, destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido/orçamento apresentado pelo Segundo Outorgante, e ora anexo.
4. A comparticipação financeira identificada no número 1 não poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real da execução do projeto.

CLÁUSULA 3.^a **Indicadores do Projeto**

No âmbito das atividades objeto do presente contrato são definidos os seguintes indicadores: realização, pelo Segundo Outorgante, do “Plano de atividades do Coro Allegretus” com indicadores aferidos no número de atividades realizadas e diversidade de públicos-alvo, condições de acessibilidade, número de adesão de participantes, espetadores e visitantes nas atividades, alcance e visibilidade das iniciativas, inovação e eficácia do plano de comunicação. A realização das iniciativas será concertada com o Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 4.^a **Obrigações do Segundo Outorgante**

No âmbito do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes da Cláusula Primeira.
- b) Assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante tendente ao correto acompanhamento e execução deste contrato e, em especial, à garantia do cumprimento dos princípios de boa gestão financeira;
- c) **Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante;**
- d) **O relatório final deve ser submetido até 30 dias após a sua conclusão;**
- e) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Publicitar a atividade objeto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- h) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente: requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das atividades contratualizadas;
- i) Caso tal seja exigível e aplicável, responsabilizar-se pela obtenção da licença de representação das atividades dos eventos junto da Inspeção-Geral das Atividades Culturais

e suportar o pagamento, junto da Sociedade Portuguesa de Autores, dos direitos de autor associados às atividades dos eventos;

- j) Respeitar todas as normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

CLÁUSULA 5.ª

Exclusão de Responsabilidade

1. O Segundo Outorgante responde pela culpa ou pelo risco, nos termos da Lei Geral, por quaisquer danos causados no exercício da atividade incluída no objeto do contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros.
2. Quaisquer obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante decorrentes do exercício da sua atividade, designadamente com a contratação de financiamentos bancários e/ou dívidas contraídas a terceiros serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputada, seja a que título for, qualquer responsabilidade ao Primeiro Outorgante.
3. O Segundo Outorgante será o único responsável pela reparação e indemnização de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio Primeiro Outorgante.
4. O Segundo Outorgante compromete-se a dar conhecimento do disposto no número anterior às entidades financiadoras e/ou a terceiros com quem decida contratar, assumindo toda e qualquer responsabilidade pelo incumprimento desta obrigação.
5. O Segundo Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e entidades inspetivas.

CLÁUSULA 6.ª

Transmissão da Posição Contratual

É proibida ao Segundo Outorgante a cessão da posição contratual.

CLÁUSULA 7.ª

Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato o contraente público será representado pelo Gestor do Contrato e seu substituto, nos quais foram delegadas:
 - a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o Segundo Outorgante cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato.
 - b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do

disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).

2. O Gestor do Contrato ou seu substituto, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de desempenho exigidos, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 290º-A do CCP.

CLÁUSULA 8.ª **Incumprimento, Rescisão e Sanções**

1. Caso o Segundo Outorgante não cumpra, de forma exata e pontual, as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o Primeiro Outorgante notifica-o para cumprir, dentro de um prazo razoável para o efeito, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou deixe de se verificar o interesse público subjacente à atribuição do apoio aqui em causa.

2. O incumprimento do presente contrato ou o desvio, por parte do Segundo Outorgante, do montante da comparticipação financeira para o fim a que este se destina implica a devolução do montante transferido, bem como o pagamento de encargos suportados pelo Primeiro Outorgante, para além da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar. O incumprimento injustificado do presente contrato, pelo Segundo Outorgante, constitui impedimento para a atribuição, por parte do Primeiro Outorgante, de novo apoio financeiro ou não financeiro, no período de dois anos.

3. Compete ao Gestor do Contrato do Primeiro Outorgante analisar e determinar, para efeitos do disposto no número anterior, a (in)existência do incumprimento injustificado.

- a) Se, no termo do prazo fixado neste contrato, não tiverem sido apresentados documentos justificativos da aplicação do apoio concedido que comprovem a aplicação da totalidade do valor, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir o montante do apoio cuja aplicação não resultar comprovada.
- b) Caso se verifique, pela análise do relatório final, que nem todas as verbas transferidas pelo Primeiro Outorgante foram comprovadamente destinadas a suportar os encargos do projeto, o Segundo Outorgante deverá devolver ao Primeiro Outorgante o valor não documentado, sem prejuízo da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar.

CLÁUSULA 9.ª **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Segundo Outorgante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Segunda Outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Segunda Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Segunda Outorgante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Segundo Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Segundo Outorgante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 10.ª
Causa de Extinção

1. São causas de extinção do presente contrato:

- a) O decurso do prazo de vigência do contrato;
- b) A impossibilidade definitiva e todas restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação por acordo das partes;
- d) A resolução por decisão do Primeiro Outorgante, nos termos dos artigos 333º a 335º do CCP.

CLÁUSULA 11.ª
Notificações e Comunicações

1. Todas as notificações e comunicações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os seguintes endereços de correio eletrónico:

Primeiro Outorgante – **cultura@cm-braga.pt**

Segundo Outorgante – **direcaoservicos@santoadriao.com**

2. Quaisquer alterações aos citados endereços de correio eletrónico devem ser comunicadas previamente e por escrito à outra parte.

CLÁUSULA 12.ª
Vigência do contrato

O presente contrato produz efeitos no dia seguinte à data da sua assinatura e vigora até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 13.ª
Legalidade da Despesa

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq. de /2025 e informação de compromisso n.º seq. de /2025.

CLÁUSULA 14.ª
Habilitação

Em cumprimento do disposto no artigo 177.º-B do Código de Procedimento e Processo Tributário e no artigo 213.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, o Segundo Outorgante apresentou os seguintes documentos comprovativos de que possui a sua situação tributária e contributiva regularizada, que se anexam:

- a) Declaração da situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- b) Declaração da situação regularizada perante a Segurança Social.

CLÁUSULA 15.ª
Gestão do Contrato

Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato do Primeiro Outorgante, e seu substituto, em caso de impossibilidade ou impedimento:

Gestor do Contrato

Nome: Mariana Silva

E-mail: mariana.silva@cm-braga.pt

Substituto do Gestor do Contrato

Nome: Marisa Teixeira

E-mail: marisa.teixeira@cm-braga.pt

Unidade orgânica: Departamento de Cultura e Turismo

CLÁUSULA 16.ª
Legislação aplicável

A execução do presente contrato é regulada pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Braga, pelo Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de dados pessoais

1. As partes obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e à legislação nacional de proteção de dados aplicável, em particular, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. As partes comprometem-se a garantir a proteção dos dados pessoais, sendo cada parte responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais, quer para o cumprimento das finalidades previstas no contrato, quer para o cumprimento das finalidades que se revelem necessárias no âmbito da execução do mesmo, e ainda para o cumprimento de obrigações legais.
3. As partes devem aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que os tratamentos de dados pessoais que sejam necessários são realizados em conformidade com as obrigações de proteção de dados pessoais.
4. O Segundo Outorgante na elaboração e envio para o Município de Braga dos relatórios necessários para aferição do cumprimento das obrigações referentes ao apoio financeiro prestado pelo Município de Braga, está vinculado ao cumprimento do «princípio da minimização dos dados», nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD, que determina que “os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados às finalidades para os quais são tratados”.

CLÁUSULA 18.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. Por ser esta a vontade, livremente expressa, pelas Partes Outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

Anexos:

Anexo I – Pedido de Apoio – 2025-E-RC-9681

Anexo II - Declaração AT

Anexo III- Declaração SS

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Braga, _____ de _____ de 2025

CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

Centro Cultural e Social de Santo Adrião, pessoa coletiva n.º 501 483 667 com sede na Rua Centro Cultural e Social de Santo Adrião, S/N, 4715-016 Braga, neste ato representado por João Gonçalves Rodrigues de Sousa, na qualidade de presidente da direção, adiante designado como Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a **Objeto do Contrato**

1. Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro para a realização do **"Plano de atividades do Coro Allegretus"** do Segundo Outorgante, a realizar no Município de Braga, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 2.^{a1} **Apoio Financeiro**

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual que engloba um investimento total de **11.300,00** euros.

2. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um apoio financeiro, no montante total de **2.750,00** (dois mil setecentos e cinquenta) euros, apoio esse que será pago em três prestações:

- a) Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;**
- b) Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;**
- c) Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.**

¹ Aplicável só no caso de apoio financeiro

3. O apoio financeiro referido no número anterior, destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido/orçamento apresentado pelo Segundo Outorgante, e ora anexo.
4. A comparticipação financeira identificada no número 1 não poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real da execução do projeto.

CLÁUSULA 3.^a **Indicadores do Projeto**

No âmbito das atividades objeto do presente contrato são definidos os seguintes indicadores: realização, pelo Segundo Outorgante, do “Plano de atividades do Coro Allegretus” com indicadores aferidos no número de atividades realizadas e diversidade de públicos-alvo, condições de acessibilidade, número de adesão de participantes, espetadores e visitantes nas atividades, alcance e visibilidade das iniciativas, inovação e eficácia do plano de comunicação. A realização das iniciativas será concertada com o Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 4.^a **Obrigações do Segundo Outorgante**

No âmbito do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Afetar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes da Cláusula Primeira.
- b) Assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante tendente ao correto acompanhamento e execução deste contrato e, em especial, à garantia do cumprimento dos princípios de boa gestão financeira;
- c) Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante;**
- d) O relatório final deve ser submetido até 30 dias após a sua conclusão;**
- e) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- g) Publicitar a atividade objeto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- h) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente: requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das atividades contratualizadas;
- i) Caso tal seja exigível e aplicável, responsabilizar-se pela obtenção da licença de representação das atividades dos eventos junto da Inspeção-Geral das Atividades Culturais

e suportar o pagamento, junto da Sociedade Portuguesa de Autores, dos direitos de autor associados às atividades dos eventos;

- j) Respeitar todas as normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

CLÁUSULA 5.ª **Exclusão de Responsabilidade**

1. O Segundo Outorgante responde pela culpa ou pelo risco, nos termos da Lei Geral, por quaisquer danos causados no exercício da atividade incluída no objeto do contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros.
2. Quaisquer obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante decorrentes do exercício da sua atividade, designadamente com a contratação de financiamentos bancários e/ou dívidas contraídas a terceiros serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputada, seja a que título for, qualquer responsabilidade ao Primeiro Outorgante.
3. O Segundo Outorgante será o único responsável pela reparação e indemnização de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio Primeiro Outorgante.
4. O Segundo Outorgante compromete-se a dar conhecimento do disposto no número anterior às entidades financiadoras e/ou a terceiros com quem decida contratar, assumindo toda e qualquer responsabilidade pelo incumprimento desta obrigação.
5. O Segundo Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e entidades inspetivas.

CLÁUSULA 6.ª **Transmissão da Posição Contratual**

É proibida ao Segundo Outorgante a cessão da posição contratual.

CLÁUSULA 7.ª **Direção e Fiscalização da Execução do Contrato**

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato o contraente público será representado pelo Gestor do Contrato e seu substituto, nos quais foram delegadas:
 - a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o Segundo Outorgante cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato.
 - b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do

disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).

2. O Gestor do Contrato ou seu substituto, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de desempenho exigidos, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 290º-A do CCP.

CLÁUSULA 8.ª **Incumprimento, Rescisão e Sanções**

1. Caso o Segundo Outorgante não cumpra, de forma exata e pontual, as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o Primeiro Outorgante notifica-o para cumprir, dentro de um prazo razoável para o efeito, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou deixe de se verificar o interesse público subjacente à atribuição do apoio aqui em causa.

2. O incumprimento do presente contrato ou o desvio, por parte do Segundo Outorgante, do montante da comparticipação financeira para o fim a que este se destina implica a devolução do montante transferido, bem como o pagamento de encargos suportados pelo Primeiro Outorgante, para além da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar. O incumprimento injustificado do presente contrato, pelo Segundo Outorgante, constitui impedimento para a atribuição, por parte do Primeiro Outorgante, de novo apoio financeiro ou não financeiro, no período de dois anos.

3. Compete ao Gestor do Contrato do Primeiro Outorgante analisar e determinar, para efeitos do disposto no número anterior, a (in)existência do incumprimento injustificado.

- a) Se, no termo do prazo fixado neste contrato, não tiverem sido apresentados documentos justificativos da aplicação do apoio concedido que comprovem a aplicação da totalidade do valor, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir o montante do apoio cuja aplicação não resultar comprovada.
- b) Caso se verifique, pela análise do relatório final, que nem todas as verbas transferidas pelo Primeiro Outorgante foram comprovadamente destinadas a suportar os encargos do projeto, o Segundo Outorgante deverá devolver ao Primeiro Outorgante o valor não documentado, sem prejuízo da responsabilidade financeira e criminal a que haja lugar.

CLÁUSULA 9.ª **Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Segundo Outorgante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da Segunda Outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Segunda Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Segunda Outorgante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Segundo Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Segundo Outorgante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 10.ª
Causa de Extinção

1. São causas de extinção do presente contrato:

- a) O decurso do prazo de vigência do contrato;
- b) A impossibilidade definitiva e todas restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação por acordo das partes;
- d) A resolução por decisão do Primeiro Outorgante, nos termos dos artigos 333º a 335º do CCP.

CLÁUSULA 11.ª
Notificações e Comunicações

1. Todas as notificações e comunicações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os seguintes endereços de correio eletrónico:

Primeiro Outorgante – **cultura@cm-braga.pt**

Segundo Outorgante – **direcaoservicos@santoadriao.com**

2. Quaisquer alterações aos citados endereços de correio eletrónico devem ser comunicadas previamente e por escrito à outra parte.

CLÁUSULA 12.ª
Vigência do contrato

O presente contrato produz efeitos no dia seguinte à data da sua assinatura e vigora até 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA 13.ª
Legalidade da Despesa

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq. de /2025 e informação de compromisso n.º seq. de /2025.

CLÁUSULA 14.ª
Habilitação

Em cumprimento do disposto no artigo 177.º-B do Código de Procedimento e Processo Tributário e no artigo 213.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, o Segundo Outorgante apresentou os seguintes documentos comprovativos de que possui a sua situação tributária e contributiva regularizada, que se anexam:

- a) Declaração da situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- b) Declaração da situação regularizada perante a Segurança Social.

CLÁUSULA 15.ª
Gestão do Contrato

Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato do Primeiro Outorgante, e seu substituto, em caso de impossibilidade ou impedimento:

Gestor do Contrato

Nome: Mariana Silva

E-mail: mariana.silva@cm-braga.pt

Substituto do Gestor do Contrato

Nome: Marisa Teixeira

E-mail: marisa.teixeira@cm-braga.pt

Unidade orgânica: Departamento de Cultura e Turismo

CLÁUSULA 16.ª
Legislação aplicável

A execução do presente contrato é regulada pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Braga, pelo Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de dados pessoais

1. As partes obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril (RGPD) e à legislação nacional de proteção de dados aplicável, em particular, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. As partes comprometem-se a garantir a proteção dos dados pessoais, sendo cada parte responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais, quer para o cumprimento das finalidades previstas no contrato, quer para o cumprimento das finalidades que se revelem necessárias no âmbito da execução do mesmo, e ainda para o cumprimento de obrigações legais.
3. As partes devem aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que os tratamentos de dados pessoais que sejam necessários são realizados em conformidade com as obrigações de proteção de dados pessoais.
4. O Segundo Outorgante na elaboração e envio para o Município de Braga dos relatórios necessários para aferição do cumprimento das obrigações referentes ao apoio financeiro prestado pelo Município de Braga, está vinculado ao cumprimento do «princípio da minimização dos dados», nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD, que determina que “os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados às finalidades para os quais são tratados”.

CLÁUSULA 18.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. Por ser esta a vontade, livremente expressa, pelas Partes Outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

Anexos:

Anexo I – Pedido de Apoio – 2025-E-RC-9681

Anexo II - Declaração AT

Anexo III- Declaração SS

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Braga, _____ de _____ de 2025



Centro Cultural e Social de Santo Adrião

Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião s/n
4715-016 Braga

Tel. 253 200 690 / Telex. 96 982 96 65

Fax. 253 200 695

Site - www.santoadriao.com

Email - geral@santoadriao.com

Desde
1983
a pensar
em si...

PLANO DE ATIVIDADES 2025

ÍNDICE

I – ABERTURA	3
1 ÁREA SOCIAL	4
1.1 INFÂNCIA.....	4
1.1.1 BERÇÁRIO E CRECHE (4 POLOS).....	4
1.1.2 JARDIM DE INFÂNCIA (3 SALAS).....	5
1.1.3 CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES.....	5
1.1.4 CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – APOIO A CRIANÇAS EM RISCO	6
1.1.5 CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO “A PONTE DE REGRESSO A CASA”	6
1.2 RESPOSTAS DA TERCEIRA IDADE.....	7
1.2.1 CENTRO DE DIA / CENTRO DE CONVÍVIO	7
1.2.2 ERP1.....	7
1.2.3 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO	8
1.3 RESPOSTAS DE ÂMBITO SOCIAL.....	9
1.3.1 SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)	9
1.3.3 CANTINA SOCIAL.....	10
2 ÁREA DESPORTIVA - DESPORTO SANTO ADRIÃO	10
3 ÁREAS RECREATIVA, ARTÍSTICA E CULTURAL.....	11
3.1 VIAGENS / CONVÍVIO	11
3.2 GRUPO FOLCLÓRICO DANÇAS E CANTARES DO CCSSA	11
3.3 CORO – ALLEGRETUS.....	12
3.4 GRUPO AD-HOC.....	12
3.5 BAR.....	12
4 SECÇÕES DE APOIO GERAL/RECURSOS/EQUIPAMENTOS.....	13
4.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.....	13
4.2 COZINHA/COPAS.....	13
4.3 EQUIPAMENTOS / MANUTENÇÃO	13
4.4 NÚCLEO DA QUALIDADE.....	13
5 PROJETOS.....	14
6 TRABALHO EM REDE SOCIAL (PARCERIAS, ACORDOS PROTOCOLADOS, BENEFITÓRIOS).....	14
II – CONCLUSÃO	16

I – ABERTURA

O Plano de Atividades que a equipa diretiva do CCSSA traçou para o ano de 2025 procura responder aos desafios que as várias valências da Instituição atempadamente apresentaram. Desafios que se traduzem nas diversas necessidades, nos desejos e na capacidade criativa e inovadora das diversas equipas coordenadoras, que, num trabalho apurado, profícuo e permanente, buscam o melhor caminho para atingir os objetivos a que se propõem, sempre balizados e focados na satisfação e no bem-estar dos nossos utentes, sem nunca descuidar a necessária coordenação com o elenco diretivo, o qual, para lá desse desiderato, tem como escopo final a garantia da sustentabilidade e melhoria da Instituição, consubstanciada na qualidade de cada uma das suas valências.

Assim, verificadas as várias propostas, ponderados os obstáculos, avaliados os apoios, pensados os riscos e os possíveis imponderáveis, a Direção considerou estar apta a aprovar o Plano de Atividades para o ano 2025, que ora se apresenta, por o considerar realizável.

Naturalmente, sem beliscar a crença na sua concretização, o elenco diretivo tem plena consciência que só atingirá os almejados objetivos com a dedicação, a proficiência, a apetência e aptidão de todos os colaboradores, pois, cada um deles será sempre um elo imprescindível de uma corrente que se deseja inquebrantável. Assim, acreditamos que todos se vão dedicar com afinco e profissionalismo à missão que cada um tem atribuída, vestindo com orgulho a camisola do CCSSA, para que todos os objetivos sejam realizados, engrandecendo o nome desta Instituição, mas, sobretudo, tornando felizes e satisfeitos aqueles que precisam de nós, ou seja, os nossos utentes.

O elenco diretivo tem plena consciência das dificuldades, das barreiras e dos escolhos que tem pela frente, pois é inegável a grandeza desta Instituição e dos pergaminhos que importa manter e melhorar. Mas ancorados nessa consciência, experiência e no saber já adquirido face às batalhas já superadas, acreditamos ser capazes de vencer mais este desafio.

Conhecemos as dificuldades internas, os anseios, as motivações e as divergências próprias de uma Instituição como a nossa; sabemos que a estes obstáculos teremos de juntar os fatores externos, sempre mais imprevisíveis e difíceis de superar, e aos quais, Instituições como o CCSSA se tornam mais vulneráveis, nomeadamente a nível financeiro, face à galopante subida preços dos diversos bens e serviços.

Para obter ao escalor dessas dificuldades, o antídoto será uma rigorosa e criteriosa gestão financeira, um parcimonioso controlo na gestão dos bens materiais e patrimoniais, bem como, uma gestão atenta, empática e impulsionadora, da mais-valia dos nossos recursos humanos, linhas orientadoras das quais não nos afastaremos para a execução plena deste plano de atividades, ora apresentado.

Unidos seremos capazes!

A DIREÇÃO

1 ÁREA SOCIAL

1.1 INFÂNCIA

1.1.1 BERÇÁRIO E CRECHE (4 POLOS)

Na valência Infância, em particular no contexto de Creche, a equipa educativa identificou as atividades que orientarão o trabalho de sala, garantindo as mesmas experiências e aprendizagens a todas as crianças. De forma sucinta, enunciam-se as atividades pedagógicas previstas para este ano letivo:

No mês de setembro, dia 23, assinalámos a chegada do outono e, em contexto de sala, cada educadora explorou os diversos elementos que caracterizam a estação;

Iniciámos o mês de outubro em festa, ao celebrar, no dia 1, o "Dia da Música"! No dia 16, assinalámos o "dia da alimentação", trabalhando hábitos de alimentação sustentáveis e saudáveis. Terminámos o mês com a celebração do "Halloween", uma festa assustadoramente divertida;

No mês de novembro, mantendo a tradição, vamos celebrar o "São Martinho", no dia 11. No dia 20, iremos celebrar os direitos das crianças, com o sempre esperado "Dia do Pijama";

Porque dezembro é um mês especial, a magia do Natal é celebrada em articulação com as outras valências da Instituição, sendo que, decorrerá de 13 a 15 de dezembro. No dia 20, realizaremos o nosso habitual almoço e festa de natal. Aproveitaremos ainda, para assinalar a chegada do inverno, a 23 de dezembro;

Em janeiro, vamos reviver a tradição de "Cantar as Janeiras", com apresentações à comunidade envolvente, ao CCSSA, bem como, às famílias;

No mês de fevereiro, no dia 14, celebraremos a amizade, com dinâmicas de sala ou em articulação com outros polos;

Em março, no dia 3, será assinalado o Carnaval; no dia 19, as equipas irão preparar uma surpresa para todos os pais, assinalando o "Dia do Pai". Celebraremos ainda, no dia 21, a chegada da primavera e o "Dia Mundial do Teatro", a 27.

O mês de abril traz a celebração da Páscoa e com ele a habitual "Caça aos ovos" que decorrerá no dia 17. No dia 29, teremos o "Dia da Dança". Importa referir que o mês de abril se iniciará com atividades em torno do livro infantil, cuja efeméride se comemora no dia 2. À partida, realizaremos a nossa "Semana da leitura";

O mês de maio traz a celebração do "Dia da Mãe". Assim, nos mesmos moldes da celebração do "Dia do Pai", nos dias 2 e 16, celebraremos a família, em articulação com toda a valência infância, convidando todas as famílias a participarem e a envolverem-se neste dia. Encerraremos o mês com a celebração do "Dia da Criança", que, por questões de calendário, será celebrado a 30 de maio;

Em junho, temos a celebração do São João! Deste modo, em jeito de arraial, com os diferentes polos de creche reunidos no espaço exterior do jardim-de-infância, o dia 23 será dedicado ao São João! Não esqueceremos a chegada do verão, que será assinalada no dia 20. Para terminarmos em beleza, a festa de final de ano está prevista para dia 27! As atividades pedagógicas terminam a dia 30 de junho;

A semana da praia irá decorrer de 30 de junho a 4 de julho.

O nosso Plano anual de Atividades não é estanque, pelo que, pode ser enriquecido pelo trabalho dinamizado em cada grupo e sustentado no Projeto Curricular de Grupo.

1.1.2 JARDIM DE INFÂNCIA (3 SALAS)

Em relação às atividades projetadas para o pré-escolar, nomeadamente para as salas 1, 2 e 3, a nossa intenção foi a de integrar no respetivo plano de atividades as efemérides, as saídas ao exterior e demais atividades, tornando o mesmo mais atrativo e integrador.

Este plano é também projetado em articulação com a resposta da Creche, uma vez que as atividades são direcionadas para a valência Infância, pelo que, resultou de uma reflexão conjunta das equipas pedagógicas. Assim sendo, a partir de janeiro do próximo ano, teremos as efemérides relativas ao **cantar de reis**, no dia 06 de janeiro; o **dia dos amigos** será assinalado a 14 de fevereiro, sendo que, o **carnaval** será celebrado a 03 de março, com um desfile pela comunidade envolvente.

O dia do pai e dia da mãe continuarão a ser somente assinalados como um dia especial pois, pelo feedback positivo deste ano, celebraremos o **Dia da Família**, no dia 16 de maio.

Antes disso, teremos ainda o **início da primavera**, sendo nossa pretensão fazermos uma visita ao **Parque Ecológico "Pé Descalço"**. No dia 27 de março, celebraremos o **Dia Mundial do Teatro**, com a vinda de uma companhia de teatro à nossa escola.

No dia 02 de abril, assinalaremos o **Dia Internacional do Livro Infantil**, cuja dinâmica ainda está por definir. No dia 17, levaremos a efeito a sempre esperada **Caça aos Ovos**.

Naturalmente, o **dia 25 de abril** será incluído nas nossas celebrações, tendo como principal objetivo tornar mais concreto o conceito de ser livre.

Dia 29, celebraremos o **Dia Mundial da Dança**, com uma coreografia coletiva que será apresentada às famílias.

Participaremos na **Braga Romana**, ainda em data a definir, sendo que, no dia 30, vamos comemorar o **Dia da Criança** com uma manhã de animação absolutamente inesquecível.

Dia 09 de junho, celebraremos o **Dia de Portugal**, procurando, desta forma e desde cedo, valorizar a nossa identidade, enquanto nação.

Também será celebrado o **S. João**, com a realização de um arraial no parque exterior.

No dia 27 de junho, realizaremos a **Festa de Final de Ano**, que será o culminar de todo o trabalho desenvolvido durante o ano letivo e uma festa de despedida dos finalistas que transitam para o 1º ciclo.

Findo o respetivo ano letivo, teremos, em julho, a nossa **Semana de Praia**, onde desfrutaremos da oportunidade de viver memórias de verão com os pares.

De destacar ainda, que ao longo do ano desenvolvemos um trabalho de parceria com as famílias, nomeadamente, **Reuniões de Sala** no final de cada período letivo.

As atividades projetadas, por norma, têm um impacto muito positivo para toda a comunidade educativa e permitem tornar visível algum do trabalho que realizamos diariamente.

O Pré-escolar continua a ser, assim, um contexto de múltiplas aprendizagens e a participar cada vez mais na vida do CCSSA e a ter um papel cada vez mais preponderante no desenvolvimento integral de cada criança.

1.1.3 CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Estas são as atividades que o CATL prevê para o ano de 2025:

janeiro - Dia Mundial da Paz, Cantar de Reis.

fevereiro - Dia Internacional do Riso, Dia Mundial da Nutella, Dia dos Amigos, Dia do Pensamento.

março - Desfile de Carnaval, Dia Internacional da Mulher, Dia Branco, Dia do Pai, Boas Vindas à primavera.

abril - Dia das Mentiras sem Graça, Dia Internacional do Livro Infantil, Dia Mundial da Atividade Física, Dia do Beijo.

maio - Dia Mundial do Atum, Dia da Mãe, Dia Internacional da Família, Dia Internacional da Luz.

junho - Dia Mundial da Criança, Boas Vindas ao verão, Dia Mundial do Ambiente, Dia Internacional do Piquenique.

julho - Semana de Praia, Piscina da Ponte, Piscina de Sto. Adrião, Churrasco Final de Ano.

agosto - Atividades Livres.

setembro - Dia Mundial da Gratidão, Dia Mundial do Sonho.

outubro - Dia Internacional do Idoso, Dia Mundial Ovo, Dia Mundial da Alimentação.

novembro - Dia Mundial do Cinema, Dia de S. Martinho, Dia Mundial da Criatividade.

dezembro - Dia da Bolacha, Aldeia de Natal, Atelier de Culinária, de Artes, Atividades do Mercado de Natal, Almoço de Natal e as boas-vindas ao inverno.

1.1.4 CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – APOIO A CRIANÇAS EM RISCO

O Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL/ACR) tem como objetivo proporcionar um espaço seguro e estimulante para as crianças e jovens em risco, promovendo o seu desenvolvimento pessoal, social e escolar, fomentando a autoestima, a responsabilidade e a autonomia dos mesmos.

As atividades são divididas entre o apoio ao estudo, oficinas de expressão artística, atividades desportivas e lúdicas e a educação para a cidadania.

As crianças/jovens participam ativamente na escolha das atividades, desenvolvendo competências como a autonomia e a responsabilidade.

O CATL/ACR conta com parcerias locais para maximizar os recursos e os impactos. As atividades principais a realizar são: Comemoração do Halloween, do dia S. Martinho, Comemoração das festas natalícias do CCSSA, nos dias 13, 14 e 15, de dezembro. Passeio à Fábrica de Chocolate, em Viana do Castelo, com transporte disponibilizado pela CMVB. Destacamos, o dia de Reis, o dia dos Amigos, o dia de Carnaval e o dia do Pai, assim como, atividades alusivas à Primavera. Iremos assinalar o dia Mundial da Arte, da Liberdade, a celebração da Páscoa, o dia da Mãe e da Família, sem esquecermos a visita à Braga Romana.

Comemoraremos ainda, o Dia da Criança, o S. João e o final de ano letivo. Será realizada a colónia de praia, haverá a frequência da piscina da ponte e serão efetuados passeios pedonais pela área circundante ao CATL/ACR.

1.1.5 CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO “A PONTE DE REGRESSO A CASA”

Em 2025, o Centro de Acolhimento “A Ponte de Regresso a Casa” promoverá diversas atividades para o desenvolvimento social e cultural das crianças. As celebrações iniciam-se em janeiro, com o Dia de Reis. Em fevereiro, destacamos o Dia da Amizade e o Carnaval, incentivando a criatividade e a convivência. Em março, celebraremos o Dia da Mulher e o Dia do Pai, seguidos da preparação para a primavera e a Páscoa. No final do mês, iremos celebrar o Dia Mundial do Teatro.

Em abril, destacamos o Dia Internacional do Livro Infantil, um incentivo à leitura. No mês de maio, homenagearemos a figura materna, celebrando o Dia da Mãe e, ainda, celebraremos o Dia da Família. Realizar-se-á também uma visita à Braga Romana. Em junho festejaremos o Dia Mundial da Criança e o encerramento do ano letivo, seguido das festividades de São João. Durante o verão, julho e agosto, haverá atividades ao ar livre. Em setembro, ocorrerá o regresso às aulas e o início do outono.

O mês de outubro será dedicado ao Dia da Alimentação e ao Halloween. Em novembro, celebraremos o Dia de São Martinho e o Dia Internacional dos Direitos da Criança (Dia do Piñata). Em dezembro encerraremos o ano com o Grande Almoço de Natal e atividades de fim de ano.

Em todos os meses, serão realizadas comemorações de aniversários das crianças, incentivando a presença de amigos, familiares e outras figuras de referência, que ajudam a fortalecer os laços afetivos e a proporcionar momentos de alegria.

1.2 RESPOSTAS DA TERCEIRA IDADE

1.2.1 CENTRO DE DIA / CENTRO DE CONVÍVIO

As respostas sociais, Centro de Dia e Centro de Convívio, assumem-se como respostas fundamentais para proporcionar bem-estar social, físico-motor e psicológico, promovendo a autoestima das pessoas idosas.

Com o aumento da população idosa, torna-se necessário promover a participação dos idosos e melhorar a sua qualidade de vida, enquanto pessoas com direitos e deveres.

Para além do apoio direto prestado à pessoa idosa, estas respostas revestem-se de particular importância no apoio aos cuidadores, tendo em conta as realidades sociais que o envelhecimento apresenta, e que se prendem com o aumento da dependência, o isolamento e a eventual exclusão por barreiras sociais e físicas. Estas respostas sociais são cruciais para promover um envelhecimento ativo e saudável, que, por consequência, se torna inclusivo, no seio da comunidade.

O presente plano de atividades visa dinamizar uma panóplia de atividades que vão ao encontro das necessidades dos utentes, no âmbito da saúde, estimulação cognitiva e física, da motricidade fina, visitas culturais, entre outras.

Assim, a realização das atividades em 2025 incidirá em diversas dinâmicas: janeiro, o cantar dos Reis, o Dia Internacional do Riso e o Dia Internacional do Obrigado; fevereiro, o Dia da Amizade e o festejo do Carnaval; março, o Dia Internacional da Mulher, o Dia do Pai (S. José), o Dia da Saúde Oral, o Dia da Felicidade, da árvore, da poesia, da primavera e o Dia Mundial do Teatro; abril, a comemoração da Páscoa, do dia Mundial do Livro, do dia mundial da Teatro, do Dia da Liberdade e do dia Mundial da Dança; maio, a celebração do Dia da Mãe, do dia 13 de maio, do Dia Mundial do Riso (Terapia do Riso) e do Dia Internacional da Família; junho, a comemoração do S. João e do Dia de Portugal; julho, a Comemoração do Dia Mundial dos Avós, do Dia do Amigo, do Dia Mundial da Alegria e do Dia Mundial do Chocolate; agosto, atividades externas (passeios culturais e religiosos); setembro, as Comemorações da Noite Branca, do Dia Internacional do Alzheimer, do Dia Mundial do Coração e do outono; outubro, o Dia Mundial da Música, o Dia Internacional do Idoso, o Dia Mundial da Terceira Idade, o Dia do Mundial do AVC, o Dia do Exército Português e o Dia das Bruxas (Halloween); novembro, o dia Mundial do Cinema e o dia de S. Martinho; dezembro, a comemoração de Natal, com a criação da festa de Natal.

Ao longo do ano, os seniores participarão também na atividade física, mobilidade sénior, musicoterapia, na hora do conto, Bocca, nas aulas de informática e nas intervenções preventivas, ocupacionais e lúdicas, com animadora sociocultural e com apoio da equipa.

Para além disso, pretende-se manter as parcerias informais estabelecidas com a Câmara Municipal de Braga (Setor da Cultura) - oficina de música, Hora do conto, Jogos da Ludoteca, com a Quinta Pedagógica, com a Junta de Freguesia de S. Lázaro e S. João do Souto, Rotary Clube de Braga e com outras IPSS.

1.2.2 ERPI

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) é uma Resposta Social designada para proporcionar serviços adequados à problemática biopsicossocial, criar condições que permitam incentivar a relação intrafamiliar, favorecer os sentimentos de autoestima e segurança, permitir a interação e integração social, garantir o respeito pela individualidade/privacidade e, ainda, contribuir para o sucesso do envelhecimento.

Deste modo, o Plano de Atividades tem como objetivos: estimular e desenvolver a autonomia e a independência dos idosos; valorizar as competências, saberes e cultura do idoso; promover estratégias facilitadoras de um processo de envelhecimento ativo, através da estimulação cognitiva, física e social; desenvolver as relações interpessoais e do grupo de pares; prevenir e retardar as dificuldades características da Terceira Idade, bem como, explorar e incentivar as potencialidades, de modo a promover o bem-estar psicológico e social dos idosos.

Assim, a realização das atividades em **2025** incidirá em diversas dinâmicas: **janeiro**, o cantar dos Reis e o Dia Internacional do Obrigado; **fevereiro**, o Dia da Amizade e o festejo do Carnaval; **março**, o Dia Internacional da Mulher, o Dia do Pai (S. José) e o Dia Mundial do Teatro; **abril**, a comemoração da Páscoa, do dia Mundial do Livro, do Dia da Liberdade e do dia Mundial da Dança; **maio**, a celebração do Dia da Mãe, do dia 13 de maio, do Dia Mundial do Riso (Terapia do Riso) e do Dia Internacional da Família; **junho**, a comemoração do S. João e do Dia de Portugal; **julho**, a Comemoração do Dia Mundial dos Avós, do Dia Mundial da Alegria e do Dia Mundial do Chocolate; **agosto**, atividades externas (passeios culturais e religiosos); **setembro**, as Comemorações da Noite Branca, do Dia Internacional do Alzheimer e do Dia Mundial do Sonho; **outubro**, a comemoração do Dia Mundial da Música, do Dia Internacional do Idoso, do Dia Mundial da Terceira Idade e do Dia das Bruxas (Halloween); **novembro**, a celebração do dia Mundial do Cinema e do dia de S. Martinho; **dezembro**, a comemoração de Natal.

Ao longo do ano, os seniores irão participar também na atividade física, mobilidade sénior, musicoterapia e nas intervenções preventivas, ocupacionais e lúdicas em Enfermagem. Para além disso, pretende-se dar continuidade às parcerias informais estabelecidas com a Câmara Municipal de Braga (Setor da Cultura) - oficina de música, Hora do conto, Jogos da Ludoteca, com a Quinta Pedagógica e com a Junta de Freguesia de S. Lázaro e S. João do Souto.

1.2.3 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no próprio domicílio, sempre que idosos, adultos ou famílias, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou da vida diária.

O âmbito de trabalho visa atender à problemática biopsicossocial do utente, e criar condições que permitam incentivar a relação intrafamiliar, favorecer os sentimentos de autoestima e segurança, permitir a interação e integração social, garantir o respeito pela individualidade/privacidade e, ainda, contribuir para o sucesso do envelhecimento.

Esta resposta social permite também evitar a institucionalização precoce dos idosos, dando um apoio crucial na habitação de cada utente, combatendo o isolamento social e prestando os cuidados básicos de vida, que garantem o bem-estar do cliente.

É fundamental fomentar a parte psicossocial dos nossos idosos, pelo que, o nosso plano de atividades para o ano 2025, para além dos cuidados nas AVD, também se centra nos seguintes pontos:

Em janeiro, o cantar dos Reis e o Dia Internacional do Obrigado; **fevereiro**, o Dia da Amizade e o festejo do Carnaval; **março**, o Dia Internacional da Mulher, o Dia do Pai (S. José) e o Dia Mundial do Teatro; **abril**, a comemoração da Páscoa, do dia Mundial do Livro, do Dia da Liberdade e do dia Mundial da Dança; **maio**, a celebração do Dia da Mãe, do dia 13 de maio, do Dia Mundial do Riso (Terapia do Riso) e do Dia Internacional da Família; **junho**, a comemoração do S. João e do Dia de Portugal; **julho**, a comemoração do Dia Mundial dos Avós, do Dia Mundial da Alegria e do Dia Mundial do Chocolate; **agosto**, atividades externas (passeios culturais e religiosos); **setembro**, as comemorações da Noite Branca, do Dia Internacional do Alzheimer e do Dia Mundial do Sonho; **outubro**, a celebração do Dia Mundial da Música, do Dia Internacional do Idoso, do

Dia Mundial da Terceira Idade e do Dia das Bruxas (Halloween); **novembro**, a comemoração do dia Mundial do Cinema e do dia de S. Martinho; **dezembro**, a comemoração de Natal.

Ao longo do ano, os seniores recebem alguns books em casa, com exercícios de estimulação e destreza cognitiva, uma intervenção preventiva, ocupacional e lúdica, com apoio da animadora sociocultural e da equipa.

Para além disso, pretende-se dar seguimento às parcerias informais estabelecidas com a Câmara Municipal de Braga (Setor da Cultura) - oficina de música, Hora do conto, Jogos da Ludoteca, com a Quinta Pedagógica, com a Junta de Freguesia de S. Lázaro e S. João do Souto, Rotary Clube de Braga e com outras IPSS.

1.3 RESPOSTAS DE ÂMBITO SOCIAL

1.3.1 SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

O acompanhamento social de um território que envolve doze freguesias do concelho de Braga é uma tarefa exigente, face à necessidade de dar resposta a problemáticas complexas, com recursos escassos.

O SAAS, do CCSSA, assegura o acompanhamento de proximidade às famílias através da realização de visitas domiciliárias e de atendimentos sociais e psicológicos (nos diversos pólos de atendimento). Também asseguraremos o encaminhamento para as respostas adequadas a cada situação e o envolvimento das entidades parceiras e comunitárias (saúde, emprego, educação, formação, habitação, justiça).

Para conseguir dar resposta às solicitações e potenciarmos as nossas intervenções, mantemos o recurso às entidades/parcerias estabelecidas no ecossistema bracarense. Procuraremos ainda tirar o máximo partido dos novos recursos que se iniciará nos próximos meses: o Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 5G – Braga + próxima) e do Radar Social. Antevemos que serão parcerias cruciais no desenvolvimento e implementação de novas atividades dirigidas à população que acompanhamos.

No âmbito da candidatura ao “*Projeto de Literacia Alimentar - Escola Missão Continente e Associação Portuguesa de Nutrição*”, iremos colaborar na implementação de uma formação dirigida aos utentes das respostas de apoio alimentar do CCSSA. No próximo ano, mantêm-se a incerteza relativamente à continuidade do PO APMC, não obstante, iremos continuar a assegurar as respostas de apoio alimentar, quer através do encaminhamento para cantinas sociais, Banco Alimentar Contra a Fome, PO APMC, entre outras. Com o intuito de aumentar a capacitação da equipa técnica, fomentaremos a frequência de formações que permitam o desenvolvimento/aperfeiçoamento de competências e conhecimentos nas respetivas áreas de intervenção.

1.3.2 GABINETE DE APOIO SOCIAL DE EMERGÊNCIA – GASE (LOJA SOCIAL 1) E PAVILHÃO SOCIAL (LOJA SOCIAL 2)

As Lojas Sociais continuarão a sua missão de suprir necessidades imediatas das famílias carenciadas através de donativos em espécie de pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas. Os atendimentos para vestuário, calçado, artigos de lar e outros decorrem na Loja Social 1, às 3.ª e 5ª feiras.

Para os atendimentos da Loja Social 2, em resposta às necessidades de eletrodomésticos, mobiliário e outros, os atendimentos são agendados nos serviços administrativos.

1.3.3 CANTINA SOCIAL

Ao longo do ano de 2025, esta resposta Social continuará a fornecer refeições a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, com a colaboração de parceiros e benfeitores que generosamente enriquecem as refeições diárias dos utentes.

Recolha, registo, triagem e entrega de bens doados (utentes e valências);

Entrega diária de refeições, com a salvaguarda de reforço das refeições aos fins de semana e em épocas festivas;

Reavaliações dos Processos Individuais dos utentes;

Encaminhamento, admissão e exclusão de utentes da Cantina Social;

Contacto direto e diário com os Utentes da Cantina Social;

Contactos com Gabinetes de Ação Social/Rendimento Social de Inserção;

Registo e envio mensal do número de refeições distribuídas pela Cantina Social para controlo interno;

Preenchimento e envio mensal do Fichêiro de Recolha do Plano de Emergência Alimentar e do mapa para a Rede Social, para posterior cruzamento de dados entre as várias Cantinas Sociais da cidade;

Resposta a pedidos pontuais das diversas valências da instituição;

2 ÁREA DESPORTIVA - DESPORTO SANTO ADRIÃO

Em 2025, o nosso grande objetivo é continuar a crescer. Assim, reconhecendo a importância crescente da atividade desportiva na atualidade, pretendemos aumentar o número de alunos em todas as atividades disponíveis e ampliar a oferta de modalidades desportivas.

Sob o lema "A pensar em si... e no seu bem-estar!", enfatizamos o trabalho contínuo de união e cooperação entre o Desporto Santo Adrião, a Direção, os Coordenadores, os Colaboradores e Parceiros.

O nosso intuito é promover o desporto como um valor essencial para a saúde e bem-estar de todos: colaboradores, associados, amigos e a comunidade em geral.

Para 2025, temos previstas as seguintes modalidades e atividades:

MODALIDADES DE INTERIOR

Capoeira (Crianças): 3ª e 6ª das 18h00 às 19h00.

Capoeira (Jovens/Adultos): 3ª e 6ª das 19h00 às 20h00.

Ballet: Sábados das 09h30 às 10h15.

Pilates: 5ª das 21h00 às 22h00.

HIP-HOP: 5ª das 18h00 às 19h00 e sábados das 10h15 às 11h00.

Pilates (Jovens/Adultos): 2ª e 5ª das 13h05 às 13h35.

Kendo e Naginata: 2ª das 18h00 às 19h00 e sábados das 16h30 às 19h30.

Zumba e Step: 3ª e 5ª das 20h00 às 21h00. 2ª e 4ª das 12h30 às 13h30.

Judo: 4ª das 18h30 às 19h30 e sábados das 12h00 às 13h00.

Dança Contemporânea: 5ª das 19h00 às 20h00 e sábados 11h15 às 12h.

Dança Jazz: 2ª das 19h00 às 20h00.

MODALIDADES DE EXTERIOR

Clube da Caminhada: Trilhos marcados com uma caminhada por mês.

3 ÁREAS RECREATIVA, ARTÍSTICA E CULTURAL

3.1 VIAGENS / CONVÍVIO

Esta valência/secção continuará a gerir a frota automóvel da instituição de forma a assegurar todos os serviços das diversas valências. Para além disso, dará resposta, sempre que possível, às solicitações de apoio e pedidos externos, vindos de parceiros e/ou associados.

Esta coordenação é desenvolvida nos serviços administrativos com registos próprios para os apoios solicitados.

3.2 GRUPO FOLCLÓRICO DANÇAS E CANTARES DO CCSSA

1 - A Valência: O Grupo Folclórico Danças e Cantares é uma secção integrante do Centro Cultural e Social de Santo Adrião (CCSSA), sendo atualmente constituído por cerca de 30 elementos.

2 - Ensaios e formação: O Grupo Folclórico realizará os seus ensaios nas instalações do CCSSA, às sextas-feiras, entre as 21h30 e as 22h30.

Visando o aperfeiçoamento de um vasto repertório existente, pretendemos incluir e ensaiar outros temas. No âmbito da formação, iremos procurar novos elementos interessados em aderir ao nosso no Grupo, havendo, se necessário, ensaios específicos para os novos membros aderentes.

3 - Atuações: Diferenciamos as nossas atuações em internas e externas:

Internamente, estaremos ao dispor da Direção do CCSSA para corresponder aos pedidos que nos forem dirigidos, entre os quais destacamos:

As comemorações do Aniversário do CCSSA;

A realização do Festival Folclórico do CCSSA;

Outros eventos, festas ou convívios.

A nível externo

Estabelecer contratos de permuta com outros Grupos Folclóricos;

A convite da Câmara Municipal de Braga, iremos participar nos vários eventos folclóricos das Festas de S. João de Braga, nas Tardes de Verão, no Parque da Ponte, e no Cantar dos Reis e Janeiras.

A convite da União de freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto, iremos participar nos vários eventos para os quais sejam solicitados, a exemplo de anos anteriores;

Participaremos ainda nos Cantar dos Reis, levando a diversas instituições momentos de lazer, alegria e divertimento na época natalícia.

4 - Convívios do Grupo Folclórico – Tendo por objetivo criar um ambiente de unidade e salutar convívio entre todos os elementos do Grupo, é nossa intenção promover um jantar de Natal, que será aberto aos membros do grupo e seus familiares.

5 – Outros assuntos

Realizar a replicação de 50 CD, do CD já gravado.

Fazer a inventariação de todo o espólio do Grupo.

Promover esforços, para melhorar as condições de armazenar o espólio e pertences do Grupo, o qual já representa um património significativo, quer pelo valor dos trajes e instrumentos, quer pelas peças oferecidas ao grupo, ao longo dos 23 anos de existência.

3.3 CORO – ALLEGRETUS

O Coro Allegretus tem como designio a promoção do canto polifónico junto da comunidade brarense.

Esse designio materializa-se em iniciativas dentro ou fora de Braga, procurando sempre o desenvolvimento social e formação musical dos seus elementos. Trata-se de um coro misto, composto atualmente por quarenta coralistas, sob a sábia direção do Maestro Arlindo Ferreira.

Em novembro de 2025, comemorará onze anos de atividade. Por isso, se recomenda uma reflexão sobre o Coro, o seu funcionamento e missão.

Principais atividades:

Ensaios semanais, sempre à quarta-feira, divididos por dois semestres – de janeiro a julho e de setembro a dezembro.

Como já é tradição, organizaremos o Encontro de Coros, que vai para a sua nona edição, a ter lugar no mês junho. O “Cantar Natal”, também já uma tradição, assinalará a quadra festiva durante o mês de dezembro.

O Coro estará sempre receptivo a convites, em regime de intercâmbio com outros grupos corais. Poderá ainda integrar no seu plano de atividades iniciativas decorrentes de projetos oriundos da comunidade.

A comemoração do aniversário da fundação do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, em termos a acordar, será também um objetivo a alcançar.

A procura de apoios institucionais à atividade do Coro Allegretus será mantida em 2025, de modo a tornar esta valência cada vez mais sustentável. Pretende-se manter viva a chama do canto polifónico e, com isso, contribuir para a dinamização da vida associativa do CCSSA.

3.4 GRUPO AD-HOC

O Grupo AD-HOC prevê, para o ano de 2025, a realização das seguintes atividades:

1. Animações no contexto das atividades do CCSSA, para as quais seja solicitado;
2. Animações em lares e outras instituições afins;
3. Animação de jantares de Natal;
4. Participação nas iniciativas do aniversário do CCSSA;
5. Participação no encontro de cavaquinhos, nas festas de S. João de Braga 2025;
6. Cooperação instrumental para o Coro Allegretus;
7. Gravação em estúdio de temas a integrar num futuro CD;
8. Outras atividades de animação não previstas.

3.5 BAR

O Bar continuará a funcionar como espaço favorecedor de encontros e convívio de todos os associados e utentes. Apoiará, de modo muito objetivo, os grupos de danças, o Coro, o Grupo Folclórico, os cursos de formação e outros, que desenvolvem as suas atividades ao longo de todo o ano.

Será espaço, pontualmente, de breves exposições ou realização de quermesses organizadas por algumas respostas/valências. Neste local serão dinamizados jogos de cartas, dominó e bilhar. Será um espaço, em momentos pontuais, para venda de alguns artigos produzidos pelas valências, visando o suporte das respetivas atividades programadas.

Funciona de 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 12h00 e das 12h30 às 17h00.

4 SECÇÕES DE APOIO GERAL/RECURSOS/EQUIPAMENTOS

4.1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Tendo por farol a melhoria de qualidade, os Serviços Administrativos realizarão a receção, o atendimento e o reencaminhamento permanente de todos os associados, utentes e colaboradores das diversas respostas sociais/valências/secções, assim como, terão sob a sua responsabilidade a contabilidade geral da Instituição e de vários projetos oficiais a decorrer, obras e afins.

Responderão também pela coordenação de viaturas e viagens (internas ou externas).

Horário de funcionamento: 2ª a 6ª feira: das 9,00h às 18,00h. (sem qualquer interrupção).

4.2 COZINHA/COPAS

A Cozinha Central, na Sede, confeccionará as refeições de almoços, lanches e reforços, respeitantes às diferentes respostas/valências, bem como as refeições destinadas aos colaboradores e voluntários da Instituição, de segunda a sexta-feira.

Visando a melhoria contínua dos serviços, a equipa de trabalho participará em formações internas ou externas no âmbito da confeção e boas práticas, e colocará em ação todas as normas associadas ao HACCP, de forma a garantir sempre um serviço de qualidade. Serão respeitadas as ementas planeadas por profissionais qualificados da área alimentar.

Será da competência desta secção a receção e controlo dos diferentes produtos de todos os fornecedores, bem como a verificação do cumprimento do definido para a receção e armazenamento de géneros alimentares e produtos de higiene/impeza.

4.3 EQUIPAMENTOS / MANUTENÇÃO

Esta secção apoiará diretamente todas as respostas sociais/valências da instituição, respondendo às solicitações requeridas pelos coordenadores, em modelo próprio de fundamentação.

Será ainda da responsabilidade desta secção a manutenção preventiva e obrigatória realizada em todos os equipamentos, bem como a manutenção dos espaços exteriores. Sempre que necessário, serão solicitados serviços externos, previamente decididos pela Direção.

4.4 NÚCLEO DA QUALIDADE

O Núcleo da Qualidade (responsável pela implementação da norma ISO 9001) é uma secção transversal que atua como ferramenta de controlo e padronização dos processos. Desempenha o papel de medição da eficácia das ações tomadas, focando especificamente na satisfação do cliente e na melhoria contínua dos serviços prestados.

Nos últimos anos, o Núcleo da Qualidade tem trabalhado para melhorar as respostas da organização, visando cumprir a política e os objetivos de qualidade, conferindo consistência aos serviços, de modo a atender às necessidades e expectativas dos seus utentes.

Metas:

Estabelecer objetivos, metas e indicadores realistas, exequíveis e relevantes para todas as áreas e secções do Centro Cultural e Social de Santo Adrião;
Adequar as metodologias existentes à realidade da Instituição;
Fomentar a satisfação do cliente e a melhoria contínua dos serviços da Instituição.

Atividades a desenvolver em 2025:

Realização de auditoria interna (primeiro trimestre de 2025);
Auditoria de Acompanhamento com base no referencial normativo NP EN ISO 9001:2015;
Momentos dedicados a formação de acordo com as necessidades previamente identificadas;
Visitas realizadas pelo Núcleo da Qualidade;
Reestruturação do SGO, adequando-o às necessidades atuais (ao longo de 2025).

5 PROJETOS

Esta secção pretende planejar e organizar todas as ações no sentido de dar respostas às necessidades e apelos da comunidade. Durante o ano 2025 prevemos realizar projetos no âmbito de:
Organismo Participativo União de S. Lázaro e S. João do Souto;
Candidatura PROCCOOP – Alargamento vagas contratualizadas com o ISS para a Creche Polo 4;
Requalificação do CAT (de acordo com a Portaria n.º 450/2023);
Desenvolvimento de vagas Hospitalares (de acordo com Portaria n.º 38 – A/2023 de 2 de fevereiro;
Outros, que surjam, serão igualmente planeados e dinamizados.

6 TRABALHO EM REDE SOCIAL (PARCERIAS, ACORDOS PROTOCOLADOS, BENEFITORES)

Conscientemente, certos do caminho já bem longo, de trabalho tão positivo já alcançado, apelamos continuamente à esperança num futuro melhor.
Além da comparticipação dos utentes e quotização dos associados, também continuamos a contar com o apoio de muitos benfeitores, entidades e amigos, com o estabelecimento de acordos protocolados / parcerias solidárias e muitos amigos:

PARCERIAS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO E/OU COLABORAÇÃO COM:	PATROCINADORES, BENEFITORES E AMIGOS SOLIDÁRIOS (APOIOS, DONATIVOS, PATROCÍNIOS) – EM REDE SOCIAL:
<ul style="list-style-type: none">• Agr. de Escolas André Soares• Agr. de Escolas de Alberto Sampaio• Agr. de Escolas de Meximinos• Agr. de Escolas de D. Maria II• Agr. de Escolas Francisco Sanches• Agr. de Escolas Sá de Miranda• Agr. de Escolas Carlos Amarante• BPI• BragaMob• Câmara Municipal de Braga• Centro Distrital da Segurança Social• Clínica Dentária Quinta Capela• Clínica Dentária Stª Barbara• Clínica Medicina Dentária Arcada	<ul style="list-style-type: none">• António Rodrigues Tereso & Filhos, Lda.• Associados• Banco Alimentar contra a Fome – BACF Braga• Banco Entrajuda• Bracril• Bramedica• Braval• Casa das Netas• Continente• Fundação EDP• Makro• Manuel Vieira Gomes• Modelo Continente• Padaria Dume

<ul style="list-style-type: none">• Comissão de Proteção Crianças e Jovens de Braga• Direção Regional de Educação do Norte• Escola Profissional de Braga• Esprominho• F3M• IEF – Instituto de Emprego e Formação Profissional• IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude• ISAVE• PSP• REAPN• Tribunal de Família e Menores de Braga• U. F. de Braga (S. J. de S. Lázaro e S. João de Souto)• Universidade Católica Portuguesa• Universidade do Minho• XZ Consultores	<ul style="list-style-type: none">• Paróquia de Santo Adrião• Pingo Doce• Recheio• Sub-Região de Saúde de Braga• TPJM• Worten• Farmácia Martins• Farmácia Alvim• Farmácia Santos da Cunha
---	---

II – CONCLUSÃO

De acordo com o conteúdo elencado, e escalpelizadas as propostas das diversas atividades a levar a cabo no ano de 2025, cremos estar em condições de caminhar no trilho certo, pese todo o rol de dificuldades, ao qual acresce sempre o equacionado grau de imprevisibilidade, mas que com astúcia, conhecimento, audácia e visão holística, seremos capazes de trilhar com sucesso.

Conscientes, pois, das dificuldades e da dureza do trilho, acreditamos que com a força, sabedoria, rigor, apetência, aptidão, profissionalismo e empenho de todos, estaremos à altura de honrar a reputação que o CCSSA granjeia na cidade de Braga, e que muito nos orgulha.

Que a Direção, os colaboradores, os sócios, os amigos e benfeitores, se norteiem pela mesma bússola, tendo como último objetivo o sucesso desta nobre e quadragenária Instituição!

Assim, resta-nos solicitar o Parecer do Conselho Fiscal, que tudo analisou em tempo oportuno, para que a votação de todos os associados presentes seja positiva e, se possível, unânime, na sua aprovação.

Braga, 13 de novembro de 2024.



Plano Anual de Atividades 2025

Coro Allegretus

Introdução

Dando sequência ao trabalho desenvolvido ao longo de 2024, prevemos para 2025 um ano rico de atividades, quer a nível interno, quer externo.

Todo o plano tem como ação agregadora os ensaios semanais para criação do repertório, a que iremos acrescentar sessões de formação musical abertas à participação da comunidade.

A nível interno, destaca-se o IX Encontro de Coros, que trará até Braga coletividades amigas de Lagos e de Rio Tinto. Destaque também para o Concerto São João, que será integrado no programa geral das festas de São João. Em dezembro, continuaremos a "Cantar Natal", projeto que irá conhecer a sua quinta edição.

Para o exterior, temos programadas saídas a Ovar e Tui, em regime de intercâmbio coral, estando sempre abertos a outros convites.

Este plano desenvolve as ações programadas para o Coro Allegretus no Plano Anual de Atividades 2025 do Centro Cultural e Social de Santo Adrião (CCSSA).

Objetivos:

1. Contribuir para a formação e educação musical da comunidade, designadamente no âmbito do canto polifónico;
2. Promoção e valorização do canto polifónico na comunidade bracarense.
3. Promoção cultural da cidade de Braga, nacional e internacionalmente.

Atividades:

1. Ensaios semanais no Auditório do CCSSA, durante o ano de 2025: 1.º semestre de janeiro a julho; 2º semestre de setembro a dezembro;
2. Concerto para os Benfeitores do Centro Cultural e Social de Santo Adrião (CCSSA), em janeiro de 2025;
3. IX Encontro de Coros CCSSA, em 31 de maio de 2025, com a participação do Grupo Coral de Lagos e o Orfeão de Rio Tinto. Terá lugar no auditório do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, pelas 18h00;
4. Participação no XVI Encontro Internacional do Orfeão de Ovar "Américo Oliveira", em Ovar, em 14 de junho de 2025;



5. Concerto de São João, previsto no período de 17 a 24 de junho, integrado no programa das Festas de São João de Braga. Local a designar;
6. Participação na Sessão Solene do CCSSA, em 28 de junho de 2025, 11h00;
7. Encontro de Coros em Tui, em 27 de setembro de 2025, uma organização do Coro San Telmo;
8. Projeto "Cantar Natal 2025", prevendo-se três a quatro atuações, em dezembro de 2025.

Braga, 9 de abril de 2025

O Presidente da Direção



João Gonçalves Rodrigues de Sousa

serviço jurídico - braga



CERTIDÃO

José Luis Fernandes Gomes Medeiros, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de BRAGA-1..

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 27 de Fevereiro de 2025.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO

NIF: 501483667

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 501483667

Cód. Validação: PWTKBTPLGVTP

O Chefe de Finanças,

(José Luis Fernandes Gomes Medeiros)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e Introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W 206



DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO

Firma/Denominação CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO

N.º de Identificação de Segurança Social 20004558570

N.º de Identificação Fiscal 501483667

N.º da Declaração 058344792ASCD25

Data de emissão 2025-02-27

CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE SANTO ADRIÃO
R DO CENTRO CULTURAL DE SANTO ADRIÃO
BRAGA
4715-016 BRAGA

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 20004558570

Código de Verificação - NWBMHACEDS68N4S

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

